



ESPÍRITO SANTO

Força do Sindseg-GV/ES garante direitos trabalhistas dos Vigilantes da SESA



O sindicato está cada vez mais combativo no que se refere a garantir os direitos dos vigilantes patrimoniais e nesta quinta-feira (13) esteve em reunião na Procuradoria Trabalhista para garantir que os trabalhadores e trabalhadoras que atuam no contrato Vértice com a SESA não fiquem no prejuízo.

O presidente do sindicato, Serafim Gerson Camilo explica para os trabalhadores que a reunião foi convocada para tratar dos salários e benefícios dos trabalhadores que continuam pendentes, ou seja, com salários incompletos e benefícios como vale-alimentação e vale-transporte em atraso.

“O nosso objetivo é buscar um consenso para garantirmos os direitos trabalhistas dos Vigilantes porque o contrato de prestação de

serviços firmado entre a Secretaria de Saúde e a Vértice está em processo de rescisão unilateral. Unimos toda a força operacional do sindicato para garantir que os trabalhadores recebam o que tem direito e ficou ajustado que a empresa vai apresentar os cálculos das rescisões dos Vigilantes do contrato administrativo até o dia 20 de junho”, explica Serafim.

De acordo com a Procuradoria do Trabalho, os cálculos que serão elaborados pela empresa serão encaminhados para a SESA e também para o Sindseg-GV/ES junto com a documentação (TRCT simulado) para que seja analisados.

“Nós nos comprometemos a conferir toda a documentação que será enviada pela empresa no prazo máximo de cinco dias úteis, porque os trabalhadores não podem esperar mais”, afirma o presidente Serafim.

Além do Sindseg-GV/ES, representado pelo Diretor Welinton Silva, participaram da reunião desta quinta-feira o Procurador-Chefe Edmundo Oswaldo Sandoval Espíndula, o procurador do Estado, Flávio Augusto Cruz Nogueira, representantes da SESA, representantes da empresa Vértice e advogados das partes.

FONTE: Sindseg-GV/ES

STF dá vitória de governo sobre bancos em ação de R\$ 115 bi

Supremas Corte entendeu que instituições financeiras devem pagar contribuição sobre ganho com juros



Bancos já não podem mais se esquivar de pagamento de imposto sobre ganhos financeiros - Crédito: Reprodução

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 9 votos a 1, que os bancos devem pagar PIS/Cofins sobre suas receitas financeiras, como ganho com os juros, por exemplo. Com o julgamento, o governo evita uma perda de arrecadação de R\$ 115 bilhões, segundo estimativa da Receita Federal.

O julgamento foi concluído na segunda-feira (12). Ele foi realizado em plenário virtual, modalidade em que os ministros têm um período para registrar seus votos de forma eletrônica.

No julgamento, o STF analisou processos que envolviam o banco Santander e a Sita, uma corretora de câmbio e outros investimentos. A corte, contudo, deu ao caso o status de repercussão geral, o que significa que o entendimento final deve ser aplicado a todas as instituições financeiras do país.

Desde 2014, a legislação passou a deixar claro que a cobrança de PIS/Cofins sobre o faturamento dessas instituições também recai sobre as receitas financeiras, como juros e valorização cambial, por exemplo. Os bancos, entretanto, questionavam a incidência dessas contribuições federais entre os anos de 2009

e 2014, alegando que a lei sobre o assunto não era clara sobre o que constitui, de fato, o faturamento dessas empresas.

Contrariam o entendimento dos bancos os ministros Dias Toffoli, Edson Fachin, Carmén Lúcia, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Nunes Marques, Rosa Weber e André Mendonça. O ministro Ricardo Lewandowski, que votou antes de se aposentar, foi o único favorável aos bancos.

Segundo a Receita, após o julgamento, R\$ 115 bilhões serão cobrados de instituições financeiras. Ele diz respeito ao PIS/Cofins não pago nos últimos cinco anos. Valores anteriores a isso já tiveram sua cobrança prescrita.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) apresentou, no processo, a estimativa de R\$ 12 bilhões em impacto sobre o caixa das instituições financeiras. O valor tem como base disputas judiciais já em curso, envolvendo 12 bancos: Bank of America, BNP Paribas, Bradesco, BTG Pactual, Daycoval, GMAC, Itaú-Unibanco, Mercantil do Brasil e Santander.

Alguns bancos podem se livrar da cobrança, por terem aderido a programas de recuperação fiscal, segundo a Febraban. Estão entre eles o Banco do Brasil, o Citibank e a Caixa Econômica Federal. Com o desfecho da controvérsia, que chegou ao Supremo ainda em 2010, devem ser retomadas 65 ações judiciais que estavam paralisadas à espera da tese de repercussão geral sobre o assunto.

***Com informações da Agência Brasil**

Edição: Rodrigo Durão Coelho

FONTE: Redação - Brasil de Fato

Valores esquecidos: R\$ 7 bi ainda estão disponíveis para saque no sistema do Banco Central

Para saber se você tem direito ao recebimento de algum valor, acesse o site do Banco Central



Para evitar fraudes, o sistema informa que esta é a única forma de consulta acerca dos valores que podem ser sacados nesta modalidade - Marcello Casal Jr. / Agência Brasil

De acordo com informações do Banco Central (BC), o Sistema de Valores a Receber (SVR) possui ainda mais de R\$ 7 bilhões para serem sacados pelos brasileiros que possuem este direito. O saque diz respeito a valores esquecidos no sistema financeiro, como por exemplo contas-corrente ou poupança encerradas; recursos não procurados de grupos de consórcio já encerrados; e tarifas e parcelas cobradas indevidamente. Até então, quase R\$ 4 bi foram sacados por 13.970.528 correntistas.

Desde março deste ano, quando os depósitos começaram a ser feitos, o sistema está passando por melhorias e ações para garantir maior transparência, como por exemplo a possibilidade de consulta a valores de pessoa falecida, com acesso para herdeiro, testamentário, inventariante ou representante legal.

Para saber se você tem valores a receber, acesse este link do Banco Central. O site permite que se faça uma consulta acerca dos valores. Para isso é necessário inserir seu CPF e data de nascimento. Se houver valores a serem recebidos, no mesmo sistema há a possibilidade de solicitar o valor ou ainda

consultar o protocolo de solicitação, visando acompanhar o processo de pagamento.

Desde o início do programa, em fevereiro de 2022, quase 39 milhões de brasileiros foram incluídos na lista de recebimentos. Porém, segundo o BC, 62,68% dos beneficiários devem receber valores de até R\$10.

Aqueles que devem receber entre R\$ 10 e R\$ 100 correspondem a 25% dos beneficiários. Brasileiros que têm quantias entre cem e mil reais a receber somam 10% dos correntistas. Somente 1,78% dos clientes possuem direito a receber valores acima de mil reais.

É importante informar que não há prazo para solicitar o dinheiro: ele ficará disponível até que os titulares façam a solicitação de saque.

Cuidado com golpes

O Banco Central divulgou alerta para os riscos de golpes envolvendo o sistema. Além de reforçar que o site oficial do sistema Valores a Receber é a única forma de acesso às informações e ao agendamento, o BC lembrou que os serviços são totalmente gratuitos, ou seja, ninguém deve pagar ou ser cobrado para ter acesso aos valores.

Além disso, o banco lembrou que não são enviados links, e ninguém entrará em contato para tratar sobre o assunto ou confirmar dados pessoais. Por isso, qualquer contato feito por e-mail, mensagem de texto, WhatsApp ou Telegram deve ser ignorado, pois certamente se tratará de golpe.

Edição: Nicolau Soares

Fonte: Mariana Lemos - Brasil de Fato | São Paulo (SP)

Agência de risco eleva perspectiva do Brasil para ‘positiva’ pela 1ª vez desde 2019

Em sintonia com melhora na percepção de risco, dólar fechou em R\$ 4,80, menor cotação em um ano. Bolsa também subiu



A agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) alterou de “estável” para “positiva” a perspectiva para a economia do Brasil. A S&P decidiu manter a nota de crédito soberana do país em BB-, mas a melhora na perspectiva não ocorria desde 2019. De acordo com o relatório publicado nesta quarta-feira (14), há sinais de “maior certeza” sobre as políticas fiscal e monetária, que podem beneficiar o crescimento do país.

Nesse sentido, a agência afirma que o crescimento contínuo do PIB somado ao novo arcabouço fiscal podem resultar “em uma carga da dívida pública menor que o esperado”. Além disso, esse quadro contribui para a “flexibilização monetária”, sinalizando queda nos juros. A agência de risco também cita a “resiliência da estrutura institucional” do país.

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, comemorou a revisão da perspectiva da nota do Brasil. “É um reconhecimento importante de que a agenda está no caminho correto”, afirmou. Segundo ele, um “ambiente econômico favorável” facilita o trabalho do governo e do Banco Central (BC).

Menos diplomático, o vice-líder do governo na Câmara, deputado Rogério Correia (PT-MG), afirmou que “aparentemente” apenas o presidente do BC, Roberto Campos Neto, “não vê a melhora e quer interditar a economia brasileira com os juros altos”.

Dólar cai, bolsa sobe

Em mais um sinal de otimismo do mercado, o dólar comercial fechou o dia em queda de 1,15%, cotado a R\$ 4,80. É o menor patamar da moeda norte-americana em um ano, com queda de 8,94% em 12 meses. Somente em abril, a queda acumulada chega a 5,26%. Do mesmo modo, o Ibovespa – índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) – subiu 1,99%, aos 119.069 pontos, maior patamar desde outubro.

Também vice-líder do governo, o deputado Alencar Santana (PT-SP) usou a valorização do real para ironizar os parlamentares da oposição. Isso porque a base bolsonarista tenta alardear um suposto fracasso da atual gestão na economia.

O dia também foi marcado pela decisão do Federal Reserve (FED) – o “banco central” dos Estados Unidos – de interromper o ciclo de alta dos juros. Assim, após dez aumentos seguidos, o FED manteve entre 5% e 5,25% o intervalo da taxa de juros básicos no país. O presidente do FED, Jerome Powell, afirmou que a inflação “moderou um pouco” desde meados do ano passado. No entanto, disse que as “pressões inflacionárias” continuam altas. Assim, a autoridade prevê mais aumentos de juros ainda este ano.

Ainda assim, todos esses dados aumentam a pressão sobre o BC para a queda dos juros no Brasil. Nesta semana, Campos Neto reconheceu que a taxa básica de juros – Selic – deve começar a cair. No entanto, segundo ele, essa redução deve ocorrer “lá na frente”. O Comitê de Política Monetária (Copom) se reúne na semana que vem para definir a Selic.

Fonte: cut - Escrito por: Tiago Pereira/RBA

Sociedade exige nas ruas e nas redes sociais a redução da Selic

CUT, centrais, movimentos populares e até mesmo o setor produtivo reforçam que a conduta de Roberto Campos Neto, presidente do BC, de manter os juros em 13,75% travará o país causando desemprego e endividamento



A batalha que a CUT, centrais sindicais, movimentos populares e setor empresarial vêm travando contra a alta taxa básica de juros do Banco Central, a Selic, será reforçada a partir desta sexta-feira (16) quando terá início uma Jornada de Mobilização contra a Política Monetária do BC, que insiste, por influência direta de Roberto Campos Neto, presidente da instituição, em manter a Selic em 13,75% sob o argumento falacioso de conter a inflação.

A ação que já está nas redes sociais (veja vídeo abaixo) será feita também nas ruas, com atos tanto no dia 16, primeiro dia da Jornada, quanto no dia 20, data em que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) se reúne para definir qual será a taxa de juros referencial praticada no país.

Apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e, portanto, herança maldita deixada pelo governo anterior, Campos Neto ignora todo o esforço e trabalho exitoso que vem sendo feito pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que tem mês a mês, conseguido reduzir os índices inflacionários. O IPCA, que mede a inflação oficial, no mês de maio ficou em 0,23%, índice

menor que os 0,61% de abril e que soma 3,94 % em 12 meses. É o menor em três anos.

O resultado desta política nefasta é diretamente sentido pela população brasileira. Em três pontos fundamentais, pode-se desenhar qual é o tamanho do estrago causado à classe trabalhadora – e também a empresas – por aquilo que o movimento sindical e movimentos populares consideram um boicote ao governo Lula.

1 – Aumentam as dívidas dos brasileiros

Quem tem dívidas a pagar é penalizado com o abuso de cobrança de juros, já que a Selic é taxa de referência para o sistema financeiro. Ou seja, quanto mais alta a taxa definida pelo Banco Central, mais as instituições financeiras aumentarão os juros praticados em linhas de crédito, como financiamentos, empréstimos, cartão de crédito, até mesmo as prestações da casa própria.

Com isso o nível de endividamento, que já bateu recorde em 2022, tende a aumentar ainda mais. Os brasileiros não estão conseguindo pagar suas contas e continuarão tendo dificuldades caso a taxa não baixe. Para a economia, a consequência é menos dinheiro para o consumo, menos produção e menos empregos.

2 – Renegociações impraticáveis

O parcelamento de dívidas, com juros altos, se torna inviável aos brasileiros e brasileiras, cuja renda já é apertada para o orçamento doméstico e as necessidades básicas, como a saúde, por exemplo. Se o brasileiro tem uma dívida e tenta renegociar, quitar suas dívidas e sair da inadimplência, acaba se deparando com

taxas exorbitantes. Os juros acabam ficando tão caros como se fosse uma promoção às avessas – “compre um e pague dois”.

Em muitos casos, apenas os juros cobrados podem chegar a mais de 50% do valor do bem comprado ou do valor renegociado. E, neste caso, se torna uma bola de neve, uma dívida sem fim em que a solução são parcelas em um ‘sem número’ de vezes.

3 – Desemprego

Como já citado, se não há emprego, não há renda e sem renda, o trabalhador deixa de comprar. Com a produção encolhida, a solução que empresas encontram é deixar de produzir, demitir trabalhadores e muitas até mesmo fecham as portas. Desta forma a economia não roda e o país acaba caminhando para a recessão.

Recentemente, uma das mais conceituadas empresárias do país, a presidente do Magalu, Luiza Trajano, fez um apelo a Campos Neto para baixar a taxa de juros, lembrando a ele que muitas empresas já foram extintas e que o setor não ‘suporta mais’ essa política monetária.

Mobilização

“Com juros assim o Brasil para”. É com este protesto que a CUT, centrais sindicais e movimentos populares articulam a mobilização para os próximos dias. Nas redes sociais, as hashtag #JurosBaixosJá e #ForaCamposNeto deverão ser utilizadas nas postagens como instrumento de pressão.

Na segunda-feira (19), será realizado um grande tuitaço envolvendo não somente o movimento sindical e movimentos populares, mas toda a sociedade, como forma de dizer a Campos Neto que o país não aguenta mais a taxa de juros em 13,75%, a mais alta do mundo.

A jornada, que terá início nesta sexta-feira com uma grande caminhada em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), prosseguirá ao longo dos dias com mais protestos de rua e em locais de trabalho, além de distribuição de panfletos explicativos sobre os efeitos nocivos dos juros altos para o Brasil e para os trabalhadores.

No dia 20, em São Paulo, na sede do

BC, localizada na Avenida Paulista, onde será realizada a reunião do Copom, haverá manifestação a partir das 10h. Em cidades pelo país onde o BC possui sede, também serão realizados atos. Em localidades em que não há sedes, os protestos serão feitos nos locais de grande circulação a serem definidos nos próximos dias.

A jornada prossegue até o dia 2 de julho, no entanto a mobilização é permanente até que essa política seja revista.

Banco Central independente

O Banco Central se tornou independente do governo federal por causa de uma decisão de Bolsonaro, com aval e aprovação do Congresso Nacional em 2021. Por isso, o atual governo, não tem gerência sobre as decisões da instituição.

Roberto Campos Neto se mantém intransigente e sem atentar para a nova realidade do país e para as ações positivas do governo Lula que têm baixado a inflação. Portanto, para a CUT, centrais e para os movimentos populares, não há nenhuma justificativa para penalizar o Brasil mantendo a taxa em 13,75%

Próxima reunião do Copom

O Relatório Focus, divulgado todas as segundas-feiras pelo Banco Central (BC), indicou na publicação da semana passada que o Comitê de Política Monetária deverá manter a taxa básica de juros no patamar de 13,75%, tanto na próxima reunião, que acontece nos dias 20 e 21 de junho, como na reunião do mês agosto. O Copom se reúne a cada 45 dias para avaliar a política econômica.

Em encontro com empresários, nesta segunda-feira (12), Campos Neto afirmou que possibilidade de queda dos juros é ‘lá na frente’, condicionando mais uma vez o comportamento da economia à redução e ignorando as quedas da inflação percebidas nos últimos meses.

O indicativo de o BC se manterá intransigente reforça a mobilização a ser feita pela sociedade – trabalhadores, entidades sindicais, movimentos populares e setor produtivo – para que Campos Neto ouça as reivindicações daqueles que realmente trabalham pelo Brasil e baixe a taxa de juros.

FONTE: CUT - André Accarini

COE Itaú cobra medidas contra fechamentos de agências e demissões

Discussões sobre horário de abertura, avaliação de desempenho e remuneração também foram pautas do encontro



A Comissão de Organização dos Funcionários (COE) do Banco Itaú-Unibanco se reuniu na tarde desta quarta-feira (14), em uma reunião híbrida, com a direção do banco para cobrar o fim dos fechamentos de agências e das demissões. Também foram debatidos o horário de abertura das agências, a avaliação de desempenho e os programas próprios de remuneração.

A principal preocupação da COE é o fechamento de agências e as conseqüentes demissões que afetaram os funcionários do banco. A comissão enfatizou a importância de preservar os postos de trabalho e garantir a estabilidade dos profissionais. “Queremos responsabilidade social do Itaú. Essas demissões têm o potencial de gerar insegurança financeira, instabilidade emocional e dificuldades para arcar com despesas básicas do dia a dia. É um impacto que se estende para além do âmbito profissional, atingindo a vida pessoal e o bem-estar de todos os envolvidos. Por isso, é fundamental que as instituições bancárias, como o Banco Itaú-Unibanco, considerem não apenas os números e indicadores financeiros, mas também o impacto humano e social de suas decisões. O diálogo entre a direção e os representantes sindicais é essencial para buscar

alternativas que evitem demissões e garantam a estabilidade dos trabalhadores. Nossa luta é pela preservação dos empregos, pela valorização dos profissionais e pelo respeito às famílias que dependem desses empregos para o sustento e bem-estar”, afirmou Maria Izabel Menezes, da COE Itaú.

Durante a reunião, foram debatidas propostas para reverter a situação e buscar alternativas que evitem demissões em massa. Além disso, o horário de abertura das agências também foi amplamente debatido. Os representantes dos funcionários levaram à mesa a necessidade de avaliar e ajustar os horários de funcionamento, considerando as demandas dos clientes e o bem-estar dos funcionários.

Outro ponto de discussão relevante foi a avaliação de desempenho. A COE afirmou a importância de um processo de avaliação transparente e justo, que leve em consideração os esforços individuais dos funcionários, além das condições e metas incentivadas pela empresa. Por fim, os programas próprios de remuneração também foram discutidos durante a reunião.

O COE buscou abordar a eficácia e os desempenhos desses programas, levando em consideração a justa remuneração dos funcionários e a motivação para o alcance de metas individuais e coletivas. “Esperamos que essas discussões resultem em medidas concretas que promovam a estabilidade dos empregos, a valorização dos profissionais e a melhoria do ambiente de trabalho”, concluiu Maria Izabel.

FONTE: CONTRAF

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF